CAPACITAÇÃO EM LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- INTRODUÇÃO
- BENEFICIÁRIOS E BENEFÍCIOS DO FUMPRES
- ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS
- DIREITO ADQUIRIDO
- REGRAS ANTERIORES À VIGÊNCIA DA L.C. Nº 75/2020
- BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA L.C. Nº 75/2020
- NOVAS REGRAS DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
- A PREVIDÊNCIA NA INTERNET
- PERGUNTAS E RESPOSTAS

INTRODUÇÃO

- **A SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SALVADOR**

2016

- Extinção do IPS.

2017

- Instituição do sistema de gestão do RPPS de Salvador.

2020

- Publicação da L.C. nº 75/20, em 30/03/2020;
- Implantação do SISPREV WEB;
- Lançamento do Manual de Previdência.

2021

- Implantação da Ouvidoria Setorial.

- **AÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2021**
  - Lançamento do **SISPREV WEB**.
  - Criação do perfil do FUMPRES no Instagram – **@fumpres.**
  - Lançamento da **Prova de Vida Digital**.
  - **1º Seminário de Direito Previdenciário no FUMPRES**.
  - Lançamento do **CAPITALPREV**.
  - **Encontro Viva a Vida**.
  - Atualização do **Manual de Previdência.**
  - Publicação da **Cartilha de Preparação para Aposentadoria.**

- **REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**
  - **CAPITAL PREV** – A previdência complementar de Salvador.
  - Plano de benefícios e convênio de adesão aprovados pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar.
  - Contrapartida de contribuição paritária da Prefeitura em favor do servidor, em uma alíquota que pode chegar a até 8,5%.
  - Cota individualizada.

CAPITALPREV
A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE SALVADOR

- **CAPACITAÇÃO DO FUMPRES**
  - **CURSOS ONLINE:** 70 profissionais capacitados e 161 certificados obtidos.
  - **TREINAMENTOS INTERNOS**: 14 encontros, com 41 profissionais capacitados, em média.
  - **TREINAMENTO SEGEPS**: 90 profissionais capacitados.
  - **EVENTO EXTERNO**:
    - Audiência Pública: 55 pessoas.
    - Seminário de Direito Previdenciário: 316 certificados emitidos.

- **PREMIAÇÕES DO FUMPRES**
  - **PRÊMIO DESTAQUE BRASIL DE RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA**.
  - **12º PRÊMIO ANEPREM DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA**.
  - **MODALIDADE INOVAÇÃO** – O RPPS de Salvador foi premiado nas 04 categorias que se inscreveu (Gestão Previdenciária, Segurados, Relacionamento com a sociedade, Transformação Digital).
  - **MODALIDADE GOVERNANÇA** – O RPPS de Salvador ficou em 3º lugar de melhor gestão, sendo a 2º capital entre os premiados.

- **PRÓ-GESTÃO**:
  - Programa de certificação institucional e modernização da gestão dos RPPS da União, Estados, DF e Municípios.
  - Salvador foi certificado no **nível III**.
  - É o **10º RPPS do país** e o **2º RPPS do Nordeste** a alcançar esse nível.
  - A certificação proporciona benefícios internos e externos à instituição.

BENEFÍCIOS E BENEFICIÁRIOS DO FUMPRES

- **BENEFICIÁRIOS:** Segurados e dependentes:
  - **SEGURADOS**: Servidores públicos, titulares de cargo efetivo de qualquer dos poderes do Município, ativos e inativos, da administração direta, autarquias e fundações.

    ✖ **NÃO SE APLICA:** Ocupantes exclusivamente de cargos comissionados, de outro cargo temporário e mandato eletivo, ou de emprego público → Vinculados ao RGPS.

- **DEPENDENTES:**
  - Cônjuge, companheiro (a) e filho (a) não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido (a);
  - Pais;
  - Irmão (ã) não emancipado (a), de qualquer condição, menor de 18 anos ou inválido (a).

- **BENEFÍCIOS**: Aposentadoria (voluntária/compulsória/por invalidez ou incapacidade) e pensão por morte.

E.C. n.º 103/2019: Limitação dos benefícios à **aposentadoria** e **pensão por morte**.

ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

- A CF/88 **veda** a acumulação remunerada de cargos públicos e a percepção simultânea de proventos de aposentadoria.
- **EXCEÇÕES** (com compatibilidade de horários):

Dois cargos de **professor**;
Um cargo de **professor** e um cargo **técnico/científico**;
Dois cargos/empregos privativos de **profissionais da saúde**.

Art. 37, incisos XVI e XVII, e §10; art. 40, §6º, todos da CF/88. Capítulo III da L.C. nº 01/1991

- Servidores que, **até 16/12/1998**, ingressaram novamente no serviço público através de concurso:

  - É **permitida** a percepção simultânea de aposentadoria do RPPS com a remuneração de cargo, emprego ou função pública.
  - É **proibida** a percepção de **mais de uma aposentadoria** pelo regime próprio, exceto se decorrentes de cargos acumuláveis pela CF/88.
  - É **resguardado** o direito de **opção** pela aposentadoria mais vantajosa.

- **Demais servidores**: Servidor inativo ocupante de cargo público não acumulável, deverá renunciar aos proventos que vem percebendo.

DIREITO ADQUIRIDO

- **DIREITO ADQUIRIDO** é aquele que **pertence ao seu titular**, não podendo ser atingido por norma ou fato posterior.

  ✖ **NÃO SE CONFUNDE** com **EXPECTATIVA DE DIREITO**: É a **mera possibilidade** de aquisição de um direito, dependendo de acontecimento futuro para a sua concretização.

- A L.C. nº 75/2020 alterou o regramento das aposentadorias dos servidores públicos municipais. Mas àqueles que preencheram os requisitos para a obtenção do benefício antes da sua entrada em vigor (até **29/03/2020**), resguarda-se a aplicação da legislação anterior.

- O **STF** e o **STJ** já editaram súmulas acerca do tema:

SÚMULA 359/STF: Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos de inatividade regulam-se pela **lei vigente ao tempo** em que o militar, ou o servidor civil, **reuniu os requisitos necessários**.

Súmula 340/STJ: A lei aplicável à concessão da pensão previdenciária por morte é aquela **vigente na data do óbito** do segurado.

Assim, as **novas regras previdenciárias** introduzidas pela L.C. nº 75/2020 serão **aplicáveis** aos servidores:

- Que ingressaram no serviço público até a entrada em vigor da L.C. nº 75/2020 e:
  - **Não preencheram os requisitos das regras anteriores até 29/03/2020**; ou
  - **Preenchidos os requisitos, optem pela aplicação das novas regras previdenciárias**;
- Cujos **laudos médicos** definirem como **início da incapacidade** total e definitiva para o trabalho data **a partir de 30/03/2020**.

- Aqueles que implementaram os requisitos **antes da entrada em vigor** da LC n.º 75/2020 podem se aposentar, a qualquer tempo, com fundamento na legislação anterior, **computado o tempo de serviço prestado até 29/03/2020**.

- O cálculo dos proventos terá como base:
  - Remuneração percebida em **29/03/2020** → Integralidade.
  - Média aritmética apurada até **março/2020** → Proventos proporcionais.

- O servidor apenas poderá computar o tempo de serviço e remuneração **a partir de 30/03/2020** se optar pelas **novas regras**.

REGRAS ANTERIORES À VIGÊNCIA DA L.C Nº 75/2020

REGRAS PERMANENTES

Art. 40 da CF/88.

REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 2º da E.C. n.º 41/2003.

Art. 6º da E.C. n.º 41/2003.

Art. 3º da E.C. n.º 47/2005.

REGRAS PERMANENTES

Art. 40, §1º, inciso I, CF/88, com redação pela E.C. nº 41/03, alterado pela E.C. nº 70/2012

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

- É devida ao servidor **incapacitado de exercer qualquer atividade laborativa**, conforme laudo pericial emitido pela Junta Médica do Município;

- Quando da perícia:
  - Poderá ser emitido, imediatamente, laudo de invalidez; ou
  - Após o gozo de 24 meses de licença médica, ser reavaliado, concluindo-se pela invalidez e impossibilidade de readaptação.

- O servidor **ficará afastado aguardando a conclusão do processo**.

- Será considerado aposentado a partir da **publicação do ato aposentador**, **não da data da emissão do laudo médico**.

- Será aplicável às situações em que os laudos médicos definirem como termo inicial da invalidez definitiva data **ANTERIOR a 30/03/2020**.

- Caso tenha preenchido os requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária, deve-se facultá-lo a opção pela regra mais vantajosa.

CÁLCULO DO BENEFÍCIO:

- Ingresso **até 31/12/2003**, com laudo de invalidez **<u>após</u>** essa data → Remuneração com base no cargo efetivo (**paridade**).
  - **INTEGRAL**: 100% do valor da remuneração na data da concessão.
  - **PROPORCIONAL**: Percentual relativo ao tempo de contribuição aplicado sobre a remuneração.

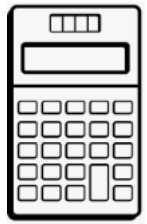
- Ingresso **a partir de 01/01/2004**:
  - **Média das 80%** maiores remunerações utilizadas como base para a contribuição, a partir de 07/1994 ou do início da contribuição, se posterior (**sem paridade**).

    → Desse resultado, será aplicada fração: **tempo total de contribuição/tempo exigido para a aposentadoria voluntária com proventos integrais**.

  - **Proventos INTEGRAIS**: Decorrente de moléstia profissional ou doença grave contagiosa ou incurável.

APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

- IDADE LIMITE:
  - **70 anos** → Antes da vigência da L.C. nº 152/15 (até **03/12/2015**).
  - **75 anos** → A partir da L.C. nº 152/15.



CÁLCULO DO BENEFÍCIO:

Média das 80% maiores remunerações utilizadas como base para a contribuição, a partir de 07/1994 ou do início da contribuição, se posterior (**sem paridade**).

Art. 40, §1º, inciso II, CF/88, com redação pela E.C. nº 41/03, alterado pela E.C. nº 88/2015

→ Caso tenha preenchido os requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária, deve-se facultá-lo a opção pela regra mais vantajosa.

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

HOMEM	MULHER
60 ANOS DE IDADE	**55 ANOS** DE IDADE
35 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO	**30 ANOS** DE CONTRIBUIÇÃO
10 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO	
05 ANOS NO CARGO	

Art. 40, §1º, inciso III, *a*, e §5º, CF/88, com redação pela E.C. nº 41/03

- Aplica-se àqueles que ingressaram a partir de 01/01/04 ou que, tendo ingressado anteriormente, não optaram pelas regras de transição.

- **PROFESSORES**: Idade e tempo de contribuição reduzidos em **05 anos**:

PROFESSOR	PROFESSORA
55 ANOS DE IDADE	**50 ANOS** DE IDADE
30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO	**25 ANOS** DE CONTRIBUIÇÃO
10 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO	
05 ANOS NO CARGO	

CÁLCULO DO BENEFÍCIO:

Proventos **INTEGRAIS: Média das 80%** maiores remunerações utilizadas como base para a contribuição, a partir de 07/1994 ou do início da contribuição, se posterior (**sem paridade**).

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE

Art. 40, §1º, inciso III, *b*, CF/88, com redação pela E.C. nº 20/98, c/c art. 234, inciso III, *d*, L.C. nº 01/91

- Não há exigência de tempo mínimo de contribuição.

HOMEM	MULHER
65 ANOS DE IDADE	**60 ANOS** DE IDADE
10 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO	
05 ANOS NO CARGO	

CÁLCULO DO BENEFÍCIO:

Proventos **PROPORCIONAIS**: **Média das 80%** maiores remunerações utilizadas como base para a contribuição, a partir de 07/1994 ou do início da contribuição, se posterior (**sem paridade**).

REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 2º da E.C. nº 41/03

- Ingresso até a data da publicação da **E.C. nº 20/1998** (16/12/1998).

HOMEM

IDADE MÍNIMA: **53 ANOS**

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **35 ANOS**

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**

PEDÁGIO DE 20% DO TEMPO QUE FALTAVA EM 16.12.98 PARA ATINGIR 35 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO

MULHER

IDADE MÍNIMA: **48 ANOS**

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **30 ANOS**

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**

PEDÁGIO DE 20% DO TEMPO QUE FALTAVA EM 16.12.98 PARA ATINGIR 30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO

PROFESSOR

IDADE MÍNIMA: **53 ANOS**

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **35 ANOS**

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**

BÔNUS DE 17% SOBRE O TEMPO EXERCIDO ATÉ 16/12/1998

PEDÁGIO DE **20%** DO TEMPO QUE FALTAVA EM 12/12/98 PARA ATINGIR 35 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO

PROFESSORA

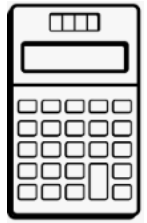
IDADE MÍNIMA: **48 ANOS**

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **30 ANOS**

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**

BÔNUS DE 20% SOBRE O TEMPO EXERCIDO ATÉ 16/12/1998

PEDÁGIO DE **20%** DO TEMPO QUE FALTAVA EM 12/12/98 PARA ATINGIR 35 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO



CÁLCULO DO BENEFÍCIO:

Proventos **PROPORCIONAIS**: **Média das 80%** maiores remunerações utilizadas como base para a contribuição, a partir de 07/1994 ou do início da contribuição, se posterior (**sem paridade**).

Art. 3º da E.C. nº 47/05

- Ingresso até a data da publicação da **E.C. nº 20/1998** (16/12/1998):

HOMEM

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: **35 ANOS**

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **25 ANOS**

TEMPO NA CARREIRA: **15 ANOS**

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**

IDADE MÍNIMA: **60 ANOS**, REDUZIDOS EM 1 ANO A CADA ANO QUE EXCEDER OS 35 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO

MULHER

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: **30 ANOS**

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **25 ANOS**

TEMPO NA CARREIRA: **15 ANOS**

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**

IDADE MÍNIMA: **55 ANOS**, REDUZIDOS EM 1 ANO A CADA ANO QUE EXCEDER OS 30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO

HOMEM

Tempo de Contribuição	Idade Mínima	Soma
35	60	95
36	59	95
37	58	95
38	57	95
...	...	...

MULHER

Tempo de Contribuição	Idade Mínima	Soma
30	55	85
31	54	85
32	53	85
33	52	85
...	...	...

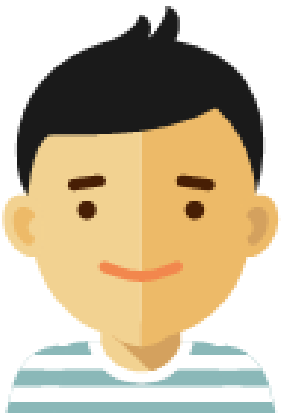
✗ **Não há tratamento diferenciado para os professores** do ensino básico.

CÁLCULO DO BENEFÍCIO: Terão como base a última remuneração do cargo efetivo percebida em março/2020, observada a disposição do art. 17 da L.C. nº 05/92, que contém regramento específico sobre a fixação da renda.

✓ **Integralidade** e **paridade**.

Art. 6º da E.C. nº 41/03

- Ingresso até a data da publicação da **E.C. nº 41/2003** (31/12/2003):



HOMEM

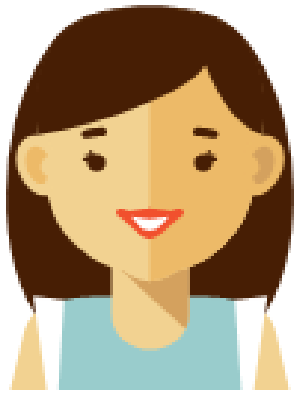
IDADE MÍNIMA: **60 ANOS**

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: **35 ANOS**

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **20 ANOS**

TEMPO NA CARREIRA: **10 ANOS**

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**



MULHER

IDADE MÍNIMA: **55 ANOS**

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: **30 ANOS**

TEMPO NO SERVIÇO PÚBLICO: **20 ANOS**

TEMPO NA CARREIRA: **10 ANOS**

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**

PROFESSOR

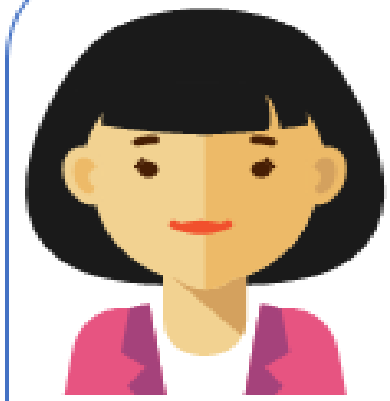
IDADE MÍNIMA: **55 ANOS**

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **30 ANOS**

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **20 ANOS**

TEMPO NA CARREIRA: **10 ANOS**

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**



PROFESSORA

IDADE MÍNIMA: **50 ANOS**

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **25 ANOS**

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **20 ANOS**

TEMPO NA CARREIRA: **10 ANOS**

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**

Redução de 05 anos em relação à idade e tempo de contribuição.

CÁLCULO DO BENEFÍCIO: Terão como base a última remuneração do cargo efetivo percebida em março/2020, observada a disposição do art. 17 da L.C. nº 05/92, que contém regramento específico sobre a fixação da renda.

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA L.C. Nº 75/2020

- A **aposentadoria por invalidez** passa a ser chamada de **aposentadoria por incapacidade permanente**.

- A aposentadoria por incapacidade por **doenças graves**, contagiosas ou incuráveis **não tem mais a garantia de proventos integrais**;

- Restrição à acumulação de benefícios previdenciários para cônjuge ou companheiro.

✖ VEDAÇÃO À INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS DE CARÁTER TEMPORÁRIO:

- A E.C. nº 103/19 **vedou a incorporação**, à remuneração do cargo efetivo, de **vantagens de caráter temporário** ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de **cargo em comissão** (art. 39, §9º da CF/88).

- O **valor das aposentadorias** e pensões está limitado à remuneração do servidor no cargo efetivo, contemplando apenas **parcelas permanentes**.

- Resguarda-se o direito daqueles que implementaram, até a entrada em vigor da E.C. nº 103/19, os requisitos para a incorporação das vantagens, nos termos acima (art. 13, E.C. nº 103/19).

- A vedação **não atinge** os servidores que preencheram os requisitos para a aposentadoria com proventos integrais até **13/11/2019**, ainda que não tenham solicitado a inativação, assegurando-se a incorporação das verbas de natureza temporária aos seus proventos (integrais ou proporcionais).

- A vedação **não abrange** as parcelas que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com **proventos calculados pela média aritmética**.

NOVAS REGRAS DE APOSENTADORIA

APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE

Art. 40, §1º, I, CF/88 c/c art. 3º, L.C. nº 75/2020

- Aplica-se quando **insuscetível de readaptação**, sendo **obrigatória** a realização de **avaliação periódica**.
- Será concedida com base na **legislação** vigente na data em que o laudo pericial **definir como início da incapacidade** total e definitiva.
- Vigorará a partir da publicação do respectivo ato no DOM.

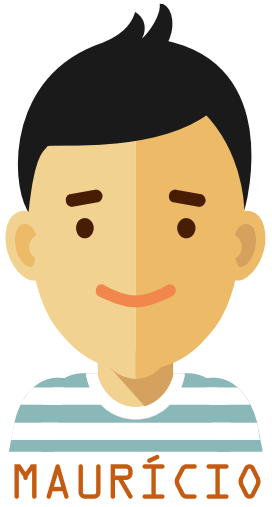
CÁLCULO DO BENEFÍCIO:

- **Média das 90% maiores remunerações**, desde 07/1994 ou do início da contribuição, aplicando-se **60%** sobre o resultado, com acréscimo de 2% para cada ano que exceder 20 anos (homem) ou 15 anos (mulher) de contribuição.

- **Acidente de trabalho/doença profissional** ou **do trabalho**: **100%** da média dos 90% maiores salários de contribuição.

  → Essa exceção **não se aplica** à doença grave, contagiosa ou incurável.

- Caso tenha preenchido os requisitos para a aposentadoria voluntária, poderá optar pela **regra mais vantajosa**.



Maurício, servidor público municipal, possui **30 anos de contribuição** e ficou incapacitado permanentemente para a suas atividades laborais, ao sofrer acidente de carro durante as férias. Sabendo que a **média** das suas remunerações (90%) foi apurada em **R$ 7.000,00**, qual será o valor do benefício?

Maurício terá direito a **80%** da média apurada (60% + 20% (10x2%=20%) = 80%), pois conta com **10 anos a mais** de contribuição, cujo resultado será: **R$ 5.600,00** (7.000 x 80%).

Larissa, servidora público municipal com apenas **02 anos de contribuição** sofreu **acidente do trabalho típico**. Sabendo que a **média** das suas remunerações (90%) foi apurada em **R$ 5.000,00**, qual será o valor do benefício?

Larissa terá direito a **100%** da média apurada pois sofreu acidente do trabalho típico. Logo, o benefício será de : **R$ 5.000,00.**

Média aritmética dos 90% maiores salários de contribuição, desde julho/94 ou do início da contribuição, se posterior.

Incapacidade ordinária: Aplicando-se **60%**, acrescidos de 2% para cada ano de contribuição que exceder, por 20 (vinte) anos de contribuição, se homem, e 15 (quinze) anos, se mulher.

Incapacidade acidentária: **100%** da referida média, independentemente do tempo de contribuição.

A E.C. nº 103/19 **alterou a nomenclatura do benefício**, antes denominada aposentadoria por invalidez.

APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Art. 40, §1º, II, CF/88 c/c art. 3º, *caput*, L.C. nº 75/2020

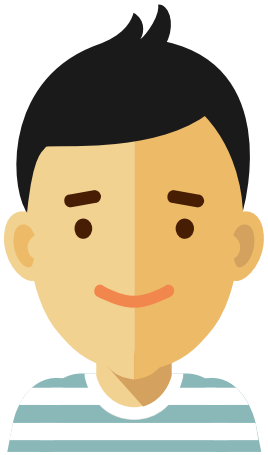
- **70 anos** – Completados antes da vigência da L.C. nº 152/15 (até 03/12/15).
- **75 anos** – Completados a partir da vigência da L.C. nº 152/15.

- Caso tenha preenchido os requisitos para a aposentadoria voluntária, poderá optar pela **regra mais vantajosa.**

A E.C. nº 103/19 **não alterou os requisitos** para a concessão da aposentadoria compulsória, dispondo tão somente sobre a forma de cálculo.

CÁLCULO DO BENEFÍCIO:

- Tempo de contribuição dividido por **20 anos** (homem) ou **15 anos** (mulher), **limitado a 1 inteiro**, multiplicado pelo valor da média das **90%** maiores contribuições (desde 07/1994 ou início da contribuição, se posterior), aplicando-se **60%**, acrescido de 2% para cada ano de contribuição que exceder 20 (homem) ou 15 (mulher) anos.



FELIPE

Felipe, servidor público municipal, possuía **30 anos de contribuição** quando completou **75 anos**. Sabendo que a **média** das suas remunerações (90%) foi apurada em **R$ 8.000,00**, qual será o valor do benefício?

1º) Devemos apurar o redutor. A razão entre 30 anos de contribuição e os 20 anos exigidos (**30/20**) fica **limitado a 1 inteiro** (sem redução).

2º) O benefício será calculado com base em **60% da média**, com o acréscimo de **2%** a cada ano que exceder 20 anos de contribuição: **10 anos a mais**.

3º) Terá direito a **80%** da média (60% + 20% [10 x 2% = 20%] = 80%), cujo resultado será **R$ 6.400,00** (8.000 x 80%).

Tércio, servidor público municipal, possuía **15 anos de contribuição** quando completou **75 anos**. Sabendo que a **média** das suas remunerações (90%) foi apurada em **R$ 8.000,00**, qual será o valor do benefício?

1º) Devemos apurar o redutor. A razão entre 15 anos de contribuição e os 20 anos exigidos (**15/20**) resulta em **0,75**.

2º) O benefício será calculado com base em **60% da média**, multiplicado por 0,75.

3º) Terá direito a **45%** da média: (8.000,00 x 60% = 4.800,00) x 0,75, cujo resultado será **R$ 3.600,00**.

Apurar o tempo de contribuição do servidor e a média aritmética dos 90% maiores salários de contribuição.

Aplicar sobre a média o percentual de **60%**, acrescidos de 2% para cada ano de contribuição que exceder, por **20 anos** de contribuição, se homem, e **15 anos**, se mulher.

Apurar o **redutor**: resultado do tempo de contribuição dividido por **20 anos** (homem) ou **15 anos** (mulher) de contribuição, **limitado a um inteiro**.

Multiplicar o redutor sobre o resultado obtido no 2° passo.

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

Art. 10, §1º, I, E.C. nº 103/19 c/c art. 3º, L.C. nº 75/2020

HOMEM	MULHER
64 ANOS DE IDADE	**61 ANOS** DE IDADE
25 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO	
10 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO	
05 ANOS NO CARGO	

- Idade mínima reduzida em 01 ano em relação à E.C. nº 103/19.
- Igual à Reforma Estadual.

PROFESSOR	PROFESSORA
59 ANOS DE IDADE	**56 ANOS** DE IDADE
25 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO	
10 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO	
05 ANOS NO CARGO	

- Idade mínima reduzida em 01 ano em relação à E.C. nº 103/19.
- Igual à Reforma Estadual.

CÁLCULO DO BENEFÍCIO:

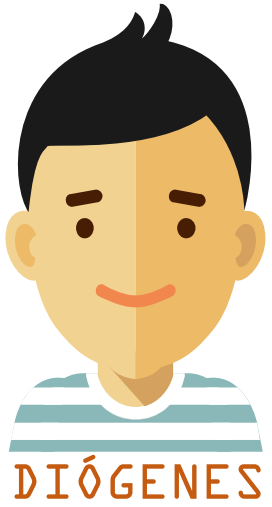
- **Média das 90% maiores remunerações**, desde 07/1994 ou do início da contribuição, aplicando-se **60%** sobre o resultado, com acréscimo de 2% para cada ano que exceder 20 anos (homem) ou 15 anos (mulher) de contribuição.

- Podem ser excluídas da média as contribuições que resultem em redução do valor do benefício.

- Difere da E.C. nº 103/19:
  - ✓ **Média de 100%**.
  - ✓ Tempo de contribuição **igual** para homens e mulheres (não há redução de 05 anos para a mulher – 15 anos).
- Igual à Reforma Estadual.

- A aposentadoria do servidor iniciará em **70%** e **poderá superar 100% da média**, já que não houve limitação desse percentual pela E.C. n.º 103/2019:

TEMPO CONTRIBUIÇÃO	HOMENS	MULHERES
25 ANOS	70%	80%
26 ANOS	72%	82%
27 ANOS	74%	84%
28 ANOS	76%	86%
29 ANOS	78%	88%
30 ANOS	80%	90%
31 ANOS	82%	92%
32 ANOS	84%	94%
33 ANOS	86%	96%
34 ANOS	88%	98%
35 ANOS	90%	100%
36 ANOS	92%	102%
37 ANOS	94%	X
38 ANOS	96%	
39 ANOS	98%	
40 ANOS	100%	
41 ANOS	102%	



Diógenes, servidor público municipal, possui **28 anos de contribuição,** 20 anos no serviço público, 20 anos no cargo, **64 anos de idade** e deseja se aposentar voluntariamente. Sabendo que a **média** das suas remunerações (90%) foi apurada em **R$ 8.000,00**, qual será o valor do benefício?

Diógenes terá direito a **76%** da média apurada (60% + 16% (8x2%=16%) = 76%), pois conta com **08 anos a mais** de contribuição, cujo resultado será: **R$ 6.080,00** (8.000 x 76%).

ANGÉLICA

Angélica, servidora pública municipal, possui **25 anos de contribuição,** 15 anos no serviço público, 15 anos no cargo, **61 anos de idade** e deseja se aposentar voluntariamente. Sabendo que a **média** das suas remunerações (90%) foi apurada em **R$ 9.000,00**, qual será o valor do benefício?

Angélica terá direito a **80%** da média apurada (60% + 20% (10x2%=20%) = 80%), pois conta com **10 anos a mais** de contribuição, cujo resultado será: **R$ 7.200,00** (9.000 x 80%).

APOSENTADORIA
VOLUNTÁRIA

01 **64 anos** de idade – **HOMEM**
61 anos de idade– **MULHER**

02 **PROFESSOR**: **59 anos** de idade – **HOMEM**;
56 anos de idade – **MULHER**.

03 25 anos de contribuição; 10 anos no serviço público; 05 anos de cargo.

04 Média aritmética dos **90%** maiores salários de contribuição, aplicando-se **60%**, acrescidos de **2%** para cada ano de contribuição que exceder, por 20 anos de contribuição (homem) e 15 anos (mulher).

REGRAS DE TRANSIÇÃO

REGRA DE PONTOS

HOMEM

IDADE MÍNIMA: **59 ANOS**.

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **35 ANOS**.

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **15 ANOS**.

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**.

SOMATÓRIO IDADE + TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO = **96 PONTOS** + **01 PONTO A CADA UM ANO E TRÊS MESES**, ATÉ ATINGIR O LIMITE DE **104 PONTOS**

Art. 5º, LC. nº 75/20. Aqueles que ingressaram até 30/03/20 podem aposentar por tal regra.

MULHER

IDADE MÍNIMA: **54 ANOS**.

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **30 ANOS**.

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **15 ANOS**.

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**.

SOMATÓRIO IDADE + TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO = **86 PONTOS** + **01 PONTO A CADA UM ANO E TRÊS MESES**, ATÉ ATINGIR O LIMITE DE **96 PONTOS**

- Idade mínima reduzida em **02 anos** em relação à E.C. nº 103/19.
- Igual à Reforma Estadual.

- **PROFESSORES**: Redução de **05 anos**, em relação à idade e tempo de contribuição, e de **10 anos** para a quantidade de pontos.

PROFESSOR

IDADE MÍNIMA: **54 ANOS**.

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **30 ANOS**.

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **15 ANOS**.

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**.

SOMATÓRIO IDADE + TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO = **86 PONTOS** + **01 PONTO A CADA 01 ANO E 03 MESES**, ATÉ ATINGIR O LIMITE DE **94 PONTOS**

PROFESSORA

IDADE MÍNIMA: **49 ANOS**.

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **25 ANOS**.

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **15 ANOS**.

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**.

SOMATÓRIO IDADE + TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO = **76 PONTOS** + **01 PONTO A CADA UM ANO E TRÊS MESES**, ATÉ ATINGIR O LIMITE DE **86 PONTOS**

- Em relação à E.C. nº 103/19:
  - ✓ Idade mínima reduzida em **02 anos**;
  - ✓ Quantidade de pontos reduzida em **10 anos** para o professor (E.C. nº 103/19: 05 anos).
- Igual à Reforma Estadual.

DATA ATÉ	HOMEM				PROFESSOR			
	IDADE	TC	SOMA	PONTOS	IDADE	TC	SOMA	PONTOS
Mar/ 2020	59	35	94	96	54	30	84	86
Jun/ 2021	60	36	96	97	55	31	86	87
Set/ 2022	61	37	98	98	56	32	88	88
Dez/ 2023	62	38	100	99	57	33	90	89
Mar/ 2025	64	40	104	100	59	35	94	90

- A idade e tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos.

DATA ATÉ	MULHER				PROFESSORA			
	IDADE	TC	SOMA	PONTOS	IDADE	TC	SOMA	PONTOS
Mar/ 2020	54	30	84	86	49	25	74	76
Jun/ 2021	55	31	86	87	50	26	76	77
Set/ 2022	56	32	88	88	51	27	78	78
Dez/ 2023	57	33	90	89	52	28	80	79
Mar/ 2025	59	35	94	90	54	30	84	80
Jun/ 2026	60	36	96	91	55	31	86	81

- O somatório de pontos mínimos é acrescido em 01 ponto a cada 01 ano e 03 meses, até atingir **104 pontos** (homem) ou **94 pontos** (professor) e **96 pontos** (mulher) ou **86 pontos** (professora).

CÁLCULO DO BENEFÍCIO:

- **Ingresso até 31/12/2003**:

  ✓**Com base na remuneração** no cargo efetivo em que se der a aposentadoria: **Pontuação mínima** + no mínimo, **61 anos** (mulher) e **64 anos** (homem). Professores: Redução em 05 anos.

Integralidade e **paridade**: Idades exigidas na regra permanente.

- Redução da idade mínima em **01 ano** para a integralidade dos proventos, em relação à E.C. nº 103/19
- Igual à Reforma Estadual.

- **Ingresso após 31/12/2003 ou não implemento da idade mínima da regra geral:**

  ✓ **Média das 90% maiores remunerações**, desde 07/1994 ou do início da contribuição, aplicando-se **60%** sobre o resultado, com acréscimo de 2% para cada ano que exceder 20 anos (homem) ou 15 anos (mulher) de contribuição.

Sem paridade.

Mirian, servidora pública municipal, possui exatos **28 anos** de contribuição, 20 anos de serviço público, 20 anos no cargo e **52 anos** de idade na data da publicação da L.C. nº 75/2020. Quando poderá aposentar-se com base na regra de pontos?

Alcançará os requisitos desta regra em **MARÇO/2025**, quando atingirá a pontuação exigida pela fórmula daquele ano – **90 pontos**.

MIRIAN

	HOJE	+ 1 ANO E 3 MESES	+ 1 ANO E 3 MESES	+ 1 ANO E 3 MESES	TRANSIÇÃO (MÉDIA)
	MAR 2020	JUN 2021	SET 2022	DEZ 2023	**MAR 2025**
IDADE	52	53	54	55	**57**
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	28	29	30	31	**33**
SOMA	80	82	84	86	**90**
PONTOS	86	87	88	89	**90**

Paulo, servidor público municipal, possui exatos **35 anos** de contribuição, 30 anos de serviço público, 30 anos no cargo e **56 anos** de idade na data da publicação da L.C. nº 75/2020. Quando poderá aposentar-se com base na regra de pontos?

Alcançará os requisitos desta regra em **MARÇO/2025**, quando atingirá **101 pontos**, 01 ponto a mais que o exigido pela fórmula daquele ano (100 pontos).

PAULO	HOJE	+ 1 ANO E 3 MESES	+ 1 ANO E 3 MESES	+ 1 ANO E 3 MESES	TRANSIÇÃO (MÉDIA)
	MAR 2020	JUN 2021	SET 2022	DEZ 2023	MAR 2025
IDADE	56	57	58	59	**61**
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	35	36	37	38	**40**
SOMA	91	93	95	97	**101**
PONTOS	96	97	98	99	**100**

REGRA DE **PONTOS**

01

59 anos de idade e **35 anos** de contribuição – **HOMEM**.

54 anos de idade e **30 anos** de contribuição – **MULHER**.

*Professor: Redução em 05 anos na idade e tempo de contribuição.

02

96 pontos (até alcançar 104 pontos) – **HOMEM**

86 pontos (até alcançar 96 pontos) – **MULHER**.

*Professor: Redução em 10 anos na quantidade de pontos.

03

15 anos no serviço público e 05 anos no cargo.

04

Média aritmética dos **90%** maiores salários de contribuição, aplicando-se **60%**, acrescidos de **2%** para cada ano de contribuição que exceder, por 20 anos de contribuição (homem) e 15 anos (mulher).

05

Ingresso até 31.12.2003: Integralidade e paridade – pontuação mínima + 61 anos (mulher) e 64 anos (homem).

REGRA DO PEDÁGIO

Art. 6º, LC. nº 75/2020

HOMEM

IDADE MÍNIMA: **60 ANOS**.

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **35 ANOS**.

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **20 ANOS**.

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**

PERÍODO ADICIONAL DE CONTRIBUIÇÃO: **60%** DO TEMPO QUE, NA DATA DA L.C. Nº 75/2020, FALTARIA PARA ATINGIR 35 ANOS.

MULHER

IDADE MÍNIMA: **57 ANOS**.

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **30 ANOS**.

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **20 ANOS**.

TEMPO NO CARGO**: 05 ANOS**.

PERÍODO ADICIONAL DE CONTRIBUIÇÃO: **60%** DO TEMPO QUE, NA DATA DA L.C. 75/2020, FALTARIA PARA ATINGIR 30 ANOS.

- **PROFESSORES**: Redução de **05 anos**, em relação à idade e tempo de contribuição, e de **10 %** para o período adicional do tempo de contribuição.

PROFESSOR

IDADE MÍNIMA: **55 ANOS**.

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **30 ANOS**.

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **20 ANOS**.

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**.

PERÍODO ADICIONAL DE CONTRIBUIÇÃO: **50%** DO TEMPO QUE, NA DATA DA L.C. 75/2020, FALTARIA PARA ATINGIR 30 ANOS.

PROFESSORA

IDADE MÍNIMA: **52 ANOS**.

T. DE CONTRIBUIÇÃO: **25 ANOS**.

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: **20 ANOS**.

TEMPO NO CARGO: **05 ANOS**.

PERÍODO ADICIONAL DE CONTRIBUIÇÃO: **50%** DO TEMPO QUE, NA DATA DA L.C. 75/2020, FALTARIA PARA ATINGIR 25 ANOS.

HOMEM				PROFESSOR			
IDADE	TC	PEDÁGIO	TC TOTAL	IDADE	TC	PEDÁGIO	TC TOTAL
60	35	-	35 ANOS	55	30	-	30 ANOS
60	34	7 MESES	35 ANOS 7 MESES	55	29	6 MESES	30 ANOS 6 MESES
60	33	1 ANO 2 MESES	36 ANOS 2 MESES	55	28	1 ANO	31 ANOS
60	32	1 ANO 10 MESES	36 ANOS 10 MESES	55	27	1 ANO 6 MESES	31 ANOS 6 MESES
60	31	2 ANOS 5 MESES	37 ANOS 5 MESES	55	26	2 ANOS	32 ANOS
60	30	3 ANOS	38 ANOS	55	25	2 ANOS 6 MESES	32 ANOS 6 MESES
60	29	3 ANOS 7 MESES	38 ANOS 7 MESES	55	24	3 ANOS	33 ANOS
60	28	4 ANOS 2 MESES	39 ANOS 2 MESES	55	23	3 ANOS 6 MESES	33 ANOS 6 MESES

MULHER				PROFESSORA			
IDADE	TC	PEDÁGIO	TC TOTAL	IDADE	TC	PEDÁGIO	TC TOTAL
57	30	-	30 ANOS	52	25	-	30 ANOS
57	29	7 MESES	30 ANOS 7 MESES	52	24	6 MESES	25 ANOS 6 MESES
57	28	1 ANO 2 MESES	31 ANOS 2 MESES	52	23	1 ANO	26 ANOS
57	27	1 ANO 10 MESES	31 ANOS 10 MESES	52	22	1 ANO 6 MESES	26 ANOS 6 MESES
57	26	2 ANOS 5 MESES	32 ANOS 5 MESES	52	21	2 ANOS	27 ANOS
57	25	3 ANOS	33 ANOS	52	20	2 ANOS 6 MESES	27 ANOS 6 MESES
57	24	3 ANOS 7 MESES	33 ANOS 7 MESES	52	19	3 ANOS	28 ANOS
57	23	4 ANOS 2 MESES	34 ANOS 2 MESES	52	18	3 ANOS 6 MESES	28 ANOS 6 MESES

- Requisito do pedágio foi reduzido para **60%** (servidores em geral) e **50%** (professores), em relação à E.C. nº 103/19 (pedágio em 100%).
- Igual à Reforma Estadual.

CÁLCULO DO BENEFÍCIO:

- **Ingresso até 31/12/2003**:

  ✓ **Com base na remuneração** no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.

  Integralidade e **paridade**.

- **Ingresso após 31/12/2003 :**

  ✓ **100% da média das 90% maiores remunerações**, desde 07/1994 ou do início da contribuição.

  Sem paridade.

Mirian, servidora pública municipal, possui exatos **28 anos** de contribuição, 20 anos de serviço público, 20 anos no cargo e **52 anos** de idade na data da publicação da L.C. nº 75/2020. Quando poderá aposentar-se com base na regra do pedágio?

Alcançará os requisitos desta regra em **MARÇO/2025**, quando alcançará a **idade mínima de 57 anos** e 33 anos de contribuição (30 anos + 03 de pedágio).

MIRIAN

DATA	TEMPO CONTRIBUIÇÃO	IDADE
Março de 2020	28	52
Março de 2021	29	53
Março de 2022	30	54
Março de 2023	31	55
Março de 2024	32	56
Março de 2025	33	57

Paulo, servidor público municipal, possui exatos **35 anos** de contribuição, 30 anos de serviço público, 30 anos no cargo e **56 anos** de idade na data da publicação da L.C. nº 75/2020. Quando poderá aposentar-se com base na do pedágio?

Alcançará os requisitos desta regra em **MARÇO/2024**, quando atingirá a idade mínima de **60 anos** (não precisaria cumprir o pedágio pois já possuía o tempo de contribuição mínimo, embora não possuísse a idade exigida).

PAULO

DATA	TEMPO CONTRIBUIÇÃO	IDADE
Março de 2020	35	56
Março de 2021	36	57
Março de 2022	37	58
Março de 2023	38	59
Março de 2024	39	60

60 ANOS DE IDADE e **35 ANOS** DE CONTRIBUIÇÃO – **HOMEM**.

57 ANOS DE IDADE e **30 ANOS** DE CONTRIBUIÇÃO – **MULHER**

PROFESSOR: Redução em **05 anos** na idade e tempo de contribuição.

Pedágio de **60%** do tempo faltante na data da publicação da L.C. nº 75/20.

PROFESSOR: Pedágio de **50%** do tempo faltante na data da publicação da L.C. nº 75/2020.

20 anos no serviço público e 05 anos de cargo (para todos os servidores).

Ingresso até 31/12/2003: Integralidade e paridade.

Demais servidores: 100% da média aritmética das 90% maiores remunerações.

DIFERENÇAS ENTRE AS NOVAS REGRAS MUNICIPAIS E AS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS FEDERAIS E ESTADUAIS			
	MUNICIPAL	**ESTADUAL**	**FEDERAL**
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA	**IDADE MÍNIMA REDUZIDA EM 01 ANO.** • 64 anos – Homem / 61 anos – Mulher. *Professor: Redução em 05 anos.		• 65 anos – Homem; • 62 anos – Mulher.
REGRA DE PONTOS	**IDADE MÍNIMA REDUZIDA EM 02 ANOS.** • 59 anos – Homem / 54 anos – Mulher. *Professor: Redução em 05 anos.		• 61 anos – Homem; • 56 anos – Mulher.
	QUANTIDADE DE PONTOS REDUZIDO EM 10 ANOS PARA PROFESSORES. • 86 pontos – Professor / 76 pontos - Professora		REDUTOR DE 05 ANOS. • 91 pontos – Professor; • 81 pontos – Professora.
	REDUÇÃO DA IDADE MÍNIMA EM 01 ANO PARA A INTEGRALIDADE • 64 anos – Homem / 61 anos - Mulher		• 65 anos – Homem; • 62 anos – Mulher.

DIFERENÇAS ENTRE AS NOVAS REGRAS MUNICIPAIS E AS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS FEDERAIS E ESTADUAIS			
	MUNICIPAL	**ESTADUAL**	**FEDERAL**
REGRA DO PEDÁGIO	**REQUISITO DO PEDÁGIO REDUZIDO** • **60%** (SERVIDORES EM GERAL); • **50%** (PROFESSORES).		PEDÁGIO DE 100%.
CÁLCULO DO BENEFÍCIO	• Média das **90%** maiores remunerações.		Média de 100%.
	APURAÇÃO DO BENEFÍCIO 60% da média + 2% a cada ano que exceder **20 anos** (homem) ou **15 anos** (mulher) de tempo de contribuição.		Tempo de contribuição igual para homens e mulheres – 20 anos.

A PREVIDÊNCIA NA INTERNET

SITE DA PREVIDÊNCIA DE SALVADOR

- O Portal é o meio de **divulgação de notícias** de interesse dos beneficiários, disponibilizando informações atualizadas sobre **legislação previdenciária**, **Programa de Educação Previdenciária**, dentre outros. Os serviços online disponibilizados são:
  - ✓ FALE CONOSCO;
  - ✓ EMISSÃO DE CONTRACHEQUE;
  - ✓ INFORME DE RENDIMENTOS;
  - ✓ ATUALIZAÇÃO CADASTRAL;
  - ✓ CERTIDÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO;
  - ✓ COMUNICAÇÃO DE ÓBITO;
  - ✓ RECADASTRAMENTO DOMICILIAR.

http://www.previdencia.salvador.ba.gov.br/

APLICATIVO MEU RPPS

- Para os **servidores ativos**, é possível **SIMULAR A APOSENTADORIA** através do aplicativo, e até mesmo dar início ao processo.
- Para os aposentados ou servidores que já solicitaram a concessão do benefício, possibilita-se o acompanhamento do processos em tramitação, a emissão de contracheque e visualização do informe de rendimentos.
- Há um campo de "Fale Conosco" e canal com perguntas e respostas frequentes.

Acesso através do Play Store:
https://play.google.com/store/apps/details?id=agendaassessoria.meurpps

Acesso através da App Store:
https://apps.apple.com/br/app/meu-rpps/id1482263386

PORTAL DO SEGURADO

- Está disponível para os **segurados do FUMPRES** (ativos e inativos), com os seguintes serviços:
  - ✓ EMISSÃO DE CONTRACHEQUE E INFORME DE RENDIMENTOS;
  - ✓ **SIMULAÇÃO DE BENEFÍCIO**;
  - ✓ SOLICITAÇÃO DE APOSENTADORIA;
  - ✓ ACOMPANHAMENTO DO ANDAMENTO DO PROCESSO.
  - ✓ FALE CONOSCO.

Acesse através do endereço:
http://portal.previdencia.salvador.ba.gov.br/

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Com a atualização das regras previdenciárias, os servidores continuarão se aposentando pelo RPPS ou todos passarão ao RGPS?

R = Os RPPS continuarão responsáveis pelos benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos servidores públicos efetivos.

Só se vinculam ao RGPS os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, cargos temporários, mandato eletivo e empregados públicos.

As alterações atingem o servidor que implementou os requisitos para a aposentadoria?

R = Não, preservam-se os direitos adquiridos daqueles que implementaram os requisitos para a concessão do benefício até **29/03/2020** (data anterior à vigência da L.C. nº 75/2020), salvo se os servidores optarem pela submissão às novas regras.

Algum benefício será concedido com integralidade e paridade?

R = Sim, àqueles que ingressaram no serviço público até **31/12/2003** (entrada em vigor da E.C. nº 41/03) e que aposentaram com fundamento nas regras de transição:

- **Regra de pontos** (art. 5º, L.C. nº 75/2020): Cumprida a **pontuação mínima** + idade (**64 anos** – homem e **61 anos** – mulher, com redução em 05 anos para os professores). Se desejar aposentar com idade reduzida, não fará jus.
- **Regra do pedágio** (art. 6º, L.C. nº 75/2020).

Acabou a aposentadoria integral no RPPS?

R = Sim, para os servidores que ingressaram no serviço público após a entrada em vigor das novas regras previdenciárias.

Com a LC 75/2020 haverá concessão de aposentadoria com tempo e/ou idade reduzidas para o professor(a) que comprovar, exclusivamente, tempo de efetivo do exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio?

R = Sim. O (a) professor (a) se aposentará com idade reduzida em 05 anos (ambos os sexos) na regra da aposentadoria voluntária. Já nas regras de transição (pontos e pedágio), haverá redução de 05 anos na idade e no tempo de contribuição (ambos os sexos).

Como ficam as regras de aposentadoria por incapacidade?

R = Não haverá diferença de cálculo entre a aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de doença grave, contagiosa e incurável e as demais doenças incapacitantes.

Quando decorrer de acidente de trabalho ou doença do trabalho, os proventos corresponderão a 100% da média das remunerações.

AGRADECEMOS A PARTICIPAÇÃO DE TODOS!

PARA INFORMAÇÕES ADICIONAIS, ACESSEM O NOSSO MANUAL DE PREVIDÊNCIA:
http://previdencia.salvador.ba.gov.br/index.php/educacao-previdenciaria/manual-de-previdencia

WWW.PREVIDENCIA.SALVADOR.BA.GOV.BR

Siga o FUMPRES no Instagram @fumpres